Sinditabaco

O problema é político

As pressões contra o tabaco, inclusive internacionais, não consideram muito que o produto movimenta economicamente 2 milhões de pessoas no Brasil. Inclusive 615 mil agricultores de 619 municípios. Clima reduziu a safra e preços foram bons

Thais d'Avila

O discurso econômico, sempre presente nas falas em defesa da produção de tabaco no Brasil, tem um aliado que não é novo, mas que vem ganhando mais força. Em épocas de desemprego recorde, a importância social da produção fumageira está na ponta da língua de lideranças políticas, empresários e produtores. Afinal, são mais de 615 mil pessoas envolvidas na atividade, somente no campo, conforme dados do Sindicato das Indústrias de Tabaco (Sinditabaco). O número refere-se aos 619 municípios que trabalham com a cultura, nos três estados do Sul. Quando é extrapolado para a indústria e o comércio, o número ultrapassa 2 milhões de pessoas envolvidas.

O presidente do Sinditabaco, Iro Schunke, é enfático quando se fala em reduzir o tamanho dessa cadeia produtiva, como preveem alguns acordos que o Brasil já assinou. "A mola propulsora do desenvolvimento e manutenção desses mais de 600 municípios é o tabaco. Não é importante só para o produtor, mas também para o restante da população do município", defende. Os apelos de respeito ao setor são tão eloquentes que a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) está pleiteando uma vaga na comitiva que vai representar o Brasil na

Conferência das Partes (COP 7), na Índia, em novembro de 2016. "Reiteramos pedidos de que possamos conhecer com antecedência o que vem sendo encaminhado pela Comissão Nacional para Implantação da Convenção Quadro (Conicq) quanto à posição do Brasil", afirma o presidente da Amprotabaco, Dalvi Soares.

Esse cenário ganhou novos contornos quando Blairo Maggi assumiu o Ministério da Agricultura. Ele fez questão de conhecer a realidade da produção de tabaco e visitou a região fumageira no Rio Grande do Sul, em julho de 2016. Maggi ficou surpreso com a organização do setor, os cuidados com o meio ambiente e com as pessoas envolvidas na atividade. "O que vocês fazem aqui é um exemplo para o resto do Brasil. Em vez de excluir esse processo produtivo, eu vou ajudar a incluir", garantiu a produtores e lideranças.

O assessor técnico para tabaco da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Jonas Jochims, afirma que até agora as restrições que eram para ser mais fortes na área da saúde – para reduzir o consumo de cigarro – estavam pressionando mais o produtor. E a representação do Brasil nas COPs, segundo Jochims, não leva em consideração o papel do País no mercado mundial. "Como o País que é líder na exportação tem uma posição que diverge dos resultados econômicos que ele representa?", questiona. "O Brasil tem ido ao exterior falar mal de um produto que ele mesmo está produzindo", lamenta.

Para ele, a cadeia do tabaco não precisa de ajuda governamental. "Não precisamos de apoio à cultura. Queremos apenas que deixem o setor trabalhar. Fazer o que já faz de melhor, pois a qualidade do nosso tabaco é reconhecida internacionalmente", afirma. A opinião da CNA é que o Brasil vinha apoiando e implantando algumas medidas propostas até mesmo por países que não são produtores de tabaco. Um tema que assustou o setor na última COP, em Moscou, foi a proposta de retirada do tema do tabaco dos acordos bilaterais entre os países, regidos pela Organização Mundial do Comércio e passar para a Organização Mundial da Saúde. "É uma aberração", diz o presidente do Sinditabaco, Iro Schunke. Temendo que o tema avance nesta COP, Schunke explica que "quando a OMC faz os acordos, os aspectos ambientais e de saúde pública já estão incluídos."

Resolução causa apreensão — Boa parte dos debates do primeiro semestre de 2016 em torno da cultura do tabaco teve a ver com uma resolução do Banco Central que restringe o crédito para produtores que cultivam fumo em suas propriedades. A Resolução nº 4.483 foi tema de reuniões e audiências inclusive com o ministro Maggi. A expectativa seria de solução do problema até o final de agosto. O que a resolução impõe é que produtores que quiserem contratar o Pronaf terão que comprovar 30% da receita da propriedade com outras culturas, que não o fumo. O texto prevê o aumento desse percentual para 40% em 2017/18 e 50% na safra seguinte.

Conforme o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Werner, o agricultor é diversificado, mas nem todos têm um produto a mais, além do tabaco, para ser comercializado. "Ele utiliza para seu sustento e o que sobra, ele vende", conta. Segundo Werner, a associação calculou tudo o que o agricultor usa para seu sustento, como carne, leite e ovos. "Se o produtor tivesse que comprar isso no mercado, ele iria atingir a proposta de 30%, mas como é para consumo próprio, não pode comprovar a venda. Realmente é um problema muito sério", analisa.

Diversificação — A diversificação de atividades, com redução gradual da lavoura de fumo, foi uma das primeiras exigências que começaram a surgir com as discussões da Convenção Quadro. O que as medidas não levam em conta, segundo Jochims, da CNA, é que o produtor de tabaco já tem constante presença da diversificação na propriedade. "O tabaco fica na lavoura no segundo semestre, semeando após o inverno. É colhido de outubro a dezembro. No primeiro semestre, ele pode receber outra produção. A lavoura não está dedicada apenas à produção do tabaco", lembra. O próprio ministro Maggi reconhece que não tem como convencer o produtor de fumo a abandonar a produção. Levantamento da Afubra aponta que na cultura o produtor recebe em média R$ 15,6 mil por hectare, contra aproximadamente R$ 3 mil na lavoura de milho, por exemplo. "Quem vai completar a diferença que um produtor recebe?" provocou Maggi em visita ao Sul.

Menos produção, alta nos preços — Os três estados maiores produtores, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, colheram mais de 697 mil toneladas de tabaco na safra 2014/15. E nesta safra recente, 2015/16, o número não deve chegar a 558 mil toneladas. A redução, de aproximadamente 140 mil toneladas, foi provocada em grande parte por problemas climáticos. "Tivemos excesso de chuva em outubro, bem quando o fumo estava em desenvolvimento, e isso causou uma quebra na produtividade. E também tivemos granizo além daquilo que esperávamos", afirma o presidente da Afubra.

O fenômeno, aliás, foi o responsável pelo recorde de pagamentos de indenizações pela entidade. Foram quase R$ 121,7 milhões em indenizações. "Nunca atingimos um valor tão alto e uma perda tão grande para o produtor. Mais de 60 mil toneladas perdidas só por causa do granizo", revela. A redução, que foi de 22% em média nos três estados do Sul, chegou a 32% no Rio Grande do Sul.

Assim, o aumento médio do preço foi de 37% em relação à safra anterior. "Recebemos R$ 7,31 *(ao quilo)* em média na safra passada. Este ano a média será de R$ 10,02", revela Werner. A conjuntura política e a instabilidade no País não atingiram os produtores, pois 90% da produção é exportada. No mercado internacional, o Brasil segue na liderança das exportações. Mas segue ameaçado por países africanos visto que a mão de obra é mais competitiva naqueles lugares.